

## **PRÁTICAS OUVINTISTAS DE SILENCIAMENTO DAS LÍNGUAS DE SINAIS: ANÁLISE DISCURSIVA DAS ATAS DO CONGRESSO DE MILÃO DE 1880**

**Viviane Aparecida da Silva<sup>1</sup> (PQ - vivianeaparecida2012@hotmail.com)\*, Anderson Braga do Carmo<sup>1</sup> (PO).**

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste, Sede em Quirinópolis. Avenida Brasil, nº 435, Setor Hélio Leão, Quirinópolis, Goiás.

**Resumo:** O percurso histórico do sujeito surdo no mundo é um fato desconhecido pela maioria dos sujeitos ouvintes, o que sinalizou para a necessidade de realização desta pesquisa, que buscou efetivar um resgate sobre a memória e sobre as narrativas de um sujeito cujas práticas de linguagem sempre foram silenciadas e cujos gestos de luta e resistência foram simbolicamente e violentamente apagados. As tentativas de “normalização” do sujeito surdo e de silenciamento das línguas de sinais, apesar de pouco divulgadas, existiram e geraram impactos negativos na vida da comunidade surda que perduram até os dias de hoje. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva materialista histórica de linguagem, esse estudo tem o objetivo de compreender os efeitos de sentido que constituem um imaginário sobre o sujeito surdo e as práticas de silenciamento das línguas de sinais, a partir da análise discursiva das Atas do Congresso de Milão, realizado no ano de 1880. Logo, por meio de um arquivo constituído por recortes discursivos dessa materialidade, que foi traduzida e publicada pelo INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, buscamos apreender, pelos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa, como os discursos e as resoluções promulgadas pelo congresso instituíram, sob a ótica da oralidade, práticas de apagamento e censura sobre a identidade e a(s) língua(s) desse sujeito. Para tanto, os estudos e as considerações de Eni Orlandi (2007 e 2010) e Michel Pêcheux (1995) foram fundamentais para o estabelecimento do nosso gesto de leitura sobre como legisla e significa uma supremacia do oralismo na historicização de práticas discursivas sobre o sujeito surdo e as suas línguas.

**Palavras-chave:** Materialidade legislativa. Língua de sinais. Práticas de silenciamento. Sujeito surdo. Análise de discurso francesa.

### **Introdução**

Sempre que precisamos traçar novas metas para o futuro é necessário rever o passado, para que os exemplos errôneos não voltem a ser colocados em prática. Desse modo, a presente pesquisa buscou revisitar as atas do Congresso de Milão, realizado em 1880, para compreender como as deliberações estabelecidas no âmbito legislativo e científico da época constituíram um imaginário sobre o sujeito surdo e a utilização e aquisição das línguas de sinais. Assim, entendemos que acontecimentos como este trouxeram reflexos que simbolicamente determinaram os contextos de censura sobre o ensino e aprendizagem das línguas de sinais e de compreensão da surdez, acarretando em problemáticas para o sujeito surdo que perduram até os dias de hoje.

Ao escolhermos esse tema, consideramos que há pouca divulgação do contexto histórico em que se desenvolveram os aspectos educacionais do povo surdo. Logo, vemos que os ouvintes, nome dado às pessoas que não tem perdas auditivas, por constituírem-se como uma parcela majoritária na sociedade, são os

responsáveis pela manutenção de práticas prejudiciais e de silenciamento sobre as identidades e as práticas de comunicação dos sujeitos surdos, seja por desconhecimento, prejulgamento ou intolerância.

Para tanto, os objetivos desse estudo são: a) apreender os efeitos de sentido derivados das práticas de silenciamento presentes nessas atas, sobre o sujeito surdo e sobre o ensino das línguas de sinais frente à sociedade da época; b) verificar as regularidades discursivas e o funcionamento das formações discursivas na determinação das posições dos sujeitos em cena – posição-sujeito surdo X posição-sujeito ouvinte; e c) averiguar como as resoluções impostas pelos congressistas impactaram na aquisição e aprendizagem das línguas de sinais naquele contexto histórico e atualmente.

Em meados de 1860, o nosso país estava bem à frente de muitos outros do mundo, no que se refere ao ensino dos sujeitos surdos. No Brasil, a educação dos surdos já estava se consolidando, pois em 1857 foi fundado, por ordem do Imperador Dom Pedro II o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, no Rio de Janeiro. Esse instituto está em pleno funcionamento até hoje, agora com o nome de INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos, e é este órgão do governo federal o responsável por publicar a tradução das atas do Congresso de Milão que serviram de base para a constituição do nosso arquivo de pesquisa.

## Material e Métodos

Para a realização do nosso estudo, nos baseamos nos pressupostos teórico-metodológicos de Eni Orlandi (2007 e 2010) e Michel Pêcheux (1995), para a consolidação dos conceitos e categorias que compuseram o nosso dispositivo de análise, e nos de Karin Strobel (2009), para uma compreensão mais sólida dos contextos de implementação e funcionamento das línguas de sinais pelas comunidades surdas. Tais leituras foram fundamentais para o estabelecimento da nossa análise sobre como legisla e significa uma supremacia da oralidade na historicização de práticas discursivas sobre o sujeito surdo e as suas línguas.

Ao propormos refletir sobre as práticas de silenciamento que constituem um imaginário sobre a surdez e sobre o sujeito surdo, entendemos que uma ótica discursiva constituída pela ancoragem materialista histórica nos daria condições e

categorias para compreendermos toda a opacidade que determina o que é ser surdo e quais são as dificuldades em incluí-lo em uma sociedade predominantemente oralizada, na qual as relações de poder que recaem sobre a educação e sobre as práticas de comunicação se constituem “na” e “pela” oralidade.

Para Orlandi (2007), o silêncio não é tomado como falta e sim como um fator que se movimenta em volta da linguagem. A autora explica que a política do silêncio é subdividida em: silêncio constitutivo e silêncio local, sendo este o que nos interessa investigar no espaço desse estudo, ou seja, aquele que proíbe o sujeito de dizer por meio da censura, logo, trata-se de um silêncio por imposição. A censura atrapalha o sujeito na constituição da própria identidade, na ocupação de certos lugares e de se posicionar como falante de uma língua. A censura fixa um modelo de sentido que deve ser seguido por toda a sociedade, pois o dizer do sujeito não é mais desejado pela história e pela sociedade, porém, onde há também censura há resistência dos grupos impedidos de dizer.

Logo, o nosso arquivo de análise é composto por recortes discursivos das Atas do Congresso de Milão de 1880, tendo como base o documento traduzido e publicado pelo INES-Instituto Nacional de Educação de Surdos. Para Orlandi (1984, p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, o recorte é fragmento da situação discursiva”. Portanto, ao analisarmos estes documentos em recortes, o compreendemos como fragmentos simbólicos da manifestação ideológica dos sujeitos e da condição histórica dos acontecimentos presentes na materialidade legislativa em análise.

## Resultados e Discussão

Para a constituição de um de gesto de leitura e reflexão sobre a materialidade em análise, observemos o recorte discursivo 1, a seguir:

### Recorte discursivo 1

Sr. HUGENTOBLER (Lyon) não admitia, de modo algum, a necessidade do uso de sinais.  
O PRESIDENTE tomou a palavra e relatou que, no dia anterior, a Assembleia havia aprovado a deliberação, na qual declarava a preferência do sistema articulatório ao sistema de sinais. Devia-se

escolher um dos métodos. Como a mãe verdadeira que, perante ao Rei Salomão, preferiu preservar a vida de seu filho a reparti-lo, resolveu ele, o presidente, optar completamente a favor da fala. Requer muita coragem ensinar somente por fala. Deve-se renunciar o uso de sinais. No entanto, são permitidos poucos e simples gestos quando uma criança inicia a vida escolar. É na sala de aula que começa a “redenção” do surdo-mudo, que espera que seu professor o torne um ser humano, permitindo que o aluno aprenda a mover, durante a fala, seus lábios e não suas mãos, por meio de sinais. O Método Oral é possível, o Sistema Misto é impossível e ilógico. Para transformar um bebê surdo em um ser humano falante, dê a ele o que as nossas mães nos deram: a linguagem. O Sistema Misto é impossível, porque ao mover os dedos, as mãos, os braços, a cabeça e o corpo inteiro ao mesmo tempo que os lábios, o aluno se distrai. O método de sinais se opõe muito ao da fala. De todos os movimentos para expressão de ideias, o labial é o mais perfeito. Compreende-se tudo por esse maravilhoso instrumento, que é a boca, tocado pelas mãos do divino. Paciência, paciência, paciência! Instrutores

Fonte: Atas do Congresso de Milão, 1880

O recorte acima é parte da fala de um dos presidentes do congresso, um padre ouvinte, arcebispo da comunidade local e presidente do instituto de educação de surdos de Milão. Árduo defensor da fala como único meio e modo de comunicação, o padre distribuiu seus textos em forma de panfletos durante o evento, os quais relacionavam a fé às práticas de linguagem. Assim, a partir da nossa análise encontramos formações discursivas e ideológicas de um sujeito que tem seus valores firmados em uma formação discursiva religiosa cristã da Idade Média.

No recorte em tela, percebemos uma comparação entre a pessoa que usa a língua falada e o usuário da língua de sinais. O padre considera os sinalizantes como não pertencentes à categoria dos seres humanos. Ele recupera na sua memória do dizer um pensamento aristotélico, declarando que é somente pela fala que se produz a inteligência. Nessa linha, seria a fala a condição para a racionalidade do homem, e também o modo de produzir as formas mais elevadas do pensamento. O excerto abaixo é parte de um estudo sobre a história do surdo no mundo, realizado por Honora (2009), o qual afirma que historicamente o sujeito surdo teve seus direitos anulados simplesmente por não fazer uso da fala.

Para os gregos e romanos, em linhas gerais, o Surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento. Logo, quem não pensava não era humano. Não tinham direito a testamentos, à escolarização e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes. Até o século XII, os Surdos eram privados até mesmo de se casarem. (HONORA, 2009, p. 19).

Nessa direção, verificamos que há uma modalidade de manifestação da língua, a oral, que se estabelece como a única possível para que o sujeito se constitua como pessoa de direito na sociedade, o que faz funcionar um apagamento do sujeito que não tem esta modalidade como prioritária.

Ainda no que se refere ao recorte 1, percebemos ser o autor desse discurso uma pessoa de posição sujeito extremamente fixada nas tradições religiosas. Outra memória do dizer recuperada por esta fala é o fato da igreja Católica da Idade Média considerar que era somente pela fala que o homem confessava seus pecados. E se o ser humano não conseguisse se confessar ele não era perdoado, tornando-se uma alma mortal e impura. Segundo Honora (2009): “Por não terem uma língua que se fizesse inteligível, os Surdos não iam se confessar. Suas almas passaram a ser consideradas mortais, pois eles não podiam falar os sacramentos.” A argumentação do arcebispo compara a fala a uma forma divina e perfeita de comunicação, enquanto a língua de sinais como impura e motivadora dos pecados carnis e das paixões.

O sistema misto que o padre se refere é o método de “comunicação total”, que só foi implantado muitos anos depois, mas que em 1880 já era uma ferramenta de comunicação. Quando o padre diz que o sistema misto é ilógico e impossível, ele não está errado, pois as estruturas gramaticais das línguas faladas e sinalizadas são diferentes. Contudo, a mistura das duas línguas é que não oferecia condições de alfabetização proficiente em nenhuma delas. O padre afirma que são dois sistemas opostos, o que é real, porém não existe um mais perfeito, pois as duas formas são ferramentas de comunicação possíveis e completas. Entretanto, elas devem ser usadas de forma a não causar confusão quanto à estrutura de cada uma, como está posto no trabalho de Kezio (2016), sobre os impactos dos métodos de ensino na leitura e escrita do sujeito surdo. Postular que um sistema deve ser preterido em favor de outro configura prática de silenciamento, e se faz presente enquanto censura, no momento em que ele afirma que se deve renunciar o uso da língua de sinais.

A combinação Língua Oral e Língua de Sinais foi um obstáculo para o surdo discernir as estruturas de uma língua para a outra, tendo como consequência o aprendizado da leitura e da escrita prejudicado tornando o surdo um leitor não competente e um escritor limitado a textos pequenos. (KEZIO, 2016, s./p.)

Visto isso, entendemos que o discurso relatado do Arcebispo Hugentobler, produz efeitos de sentido que contribuem para a manifestação de um silêncio fundador sobre as línguas de sinais do mundo, censurando-as, ou seja, produzindo uma interdição de uso dos sinais como forma eficiente de comunicação. Logo, esse silêncio fundador estabelecido pelo recorte em tela proíbe os sujeitos surdos a ocuparem certos lugares na determinação do dizer, ou ainda, proíbe-se o direito a ocuparem a posição de sujeitos sinalizantes. Portanto, a relação do sujeito surdo com sua própria história é uma prática cheia de silêncios, porque ela se manifesta no acontecimento do Congresso de Milão de 1880 a partir de uma significação “outra”, a qual produz uma interdição às línguas de sinais.

### **Considerações Finais**

Enfim, sabemos que após a realização do Congresso de Milão, as línguas de sinais foram proibidas nas escolas, e foi decidida a implantação do método oralista alemão para a escolarização dos surdos em todo o mundo. Portanto, ao analisarmos as atas do congresso e as suas oito resoluções, compreendemos como os efeitos de sentido impostos por esta materialidade tiveram forças para atravessar séculos de história e ainda continuar impactando na vida escolar do surdo, que foi obrigado a se “normalizar” e abandonar o seu idioma para tentar se igualar à maioria da população ouvinte. Ao ser implantado o método oralista, tivemos ciência de relatos no mundo inteiro sobre surdos que tiveram as mãos amarradas durante as aulas, para evitar que sinalizassem, e diversas outras práticas dolorosas de “tratamento”, configurando-se em práticas abusivas contra o sujeito surdo e de silenciamento sobre o ensino e aprendizagem das línguas de sinais.

### **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, que vem me fortalecendo e me inspirando a cada dia na vida escolar e profissional. Estendo a gratidão à minha família por terem me incentivado e apoiado, entendendo minhas ausências. E aos professores e colegas de graduação que estão comigo todos os dias na sala de aula, colaborando com meu crescimento intelectual. Em especial ao professor Anderson Braga do Carmo que me ofereceu oportunidades de aperfeiçoamento inigualáveis, obrigada por acreditar mais em mim do que eu mesma. Também sou grata a uma profissional de

excelência máxima que me adotou como sua melhor aluna, e me levou da universidade para a sua vida pessoal, a professora Cleibianne Rodrigues dos Santos. Obrigada por todo o seu carinho, incentivo e preocupação comigo e com a minha família, nenhuma palavra ou gesto serão capazes de traduzir o quanto eu te admiro e agradeço.

## Referências

BRASIL. **Atas do Congresso de Milão (1880)**. Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos. V. 2. Rio de Janeiro: INES, 2011.

LOPES, Ana Carolina Arantes das Chagas; ABREU, Sandra Elaine Aires de. O congresso de Milão (1880) como marco histórico cultural na educação de Surdos no Brasil. **Revista Educação, Ciência e Inovação**, v. 2, n. 2, p. 01-12, 2017.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 255-265, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. **Discurso e Textualidade**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 9 ed. Campinas: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou recortar. **Linguística: questões e controvérsias**. Curso de Letras, Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Uberaba, 1984, p. 9-26.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1995.

RIBEIRO, Andréa Rodrigues. AA História dos Surdos pelo mundo. **Revista Portuguesa de Educação Contemporânea**, v. 2, n. 02, p. 01-09, 2021.

KÉSIO, Gérison Fernandes Lopes. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos**. Anais do I Colóquio Internacional de Letras UFMA, 2016.